

## **Nas arquibancadas e nas tribunas! O binômio futebol/política na vivência dos estádios durante o governo Vargas: Pacaembu e São Januário**

In the audience and in the tribunes! The soccer/politics binomial in the experience of soccer fields during the Vargas government: Pacaembu and São Januário

Felipe Morelli Machado; Luciano Deppa Banchetti

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

---

### **RESUMO:**

A relação entre futebol e política é algo que assume contornos muito nítidos em nossa sociedade neste início de século XXI. Não se pode considerar como rara a aproximação entre figuras proeminentes do poder, nas suas diferentes esferas, e clubes de futebol ou a seleção nacional. Uma aproximação que, no contexto das décadas de 1930 e 1940 – com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder –, apresentava um caráter mais efetivo ante a afirmação do futebol perante os diferentes setores sociais. Este artigo analisa a dinâmica conflitiva da relação futebol / política a partir do projeto varguista de utilização dos estádios do Pacaembu (SP) e São Januário (RJ) como plataformas de propaganda dos ideais do regime, ressaltando o contraponto deste processo quanto ao sentido destes monumentos para os torcedores comuns, cuja concepção, a despeito do valor destes palcos, não se enquadrava necessariamente nos moldes que lhes eram propostos naquele momento histórico.

**Palavras-chave:** futebol; estádio; política.

---

### **ABSTRACT:**

The relationship between football and politics is something that has become all too clear in our society at the beginning of the XXI century. Can not be regarded as rare the rapprochement between prominent figures of power in different spheres and football clubs or the national team. An approach in the context of the 1930s and 1940s - with the rise of Getúlio Vargas to power - had a more effective statement before the football to the different social sectors. This article analyzes the conflicting dynamics of the relationship football / politics from the Vargas project for the use of stadiums as of Pacaembu (SP) and São Januario (RJ) as platforms for propaganda of the ideals of the regime, highlighting the contrast of this process on the meaning of these monuments to the average fan, the idea despite the value of these stages did not fit the mold they were proposed at that historic moment.

**Key-words:** football; stadium; politics.

---

## **Introdução**

O futebol é uma expressão cultural<sup>1</sup> de grande destaque na sociedade brasileira. O processo que acompanhou seu início e desenvolvimento no país é marcado por conflitos que traduziam uma tentativa de monopólio do esporte pelas elites dirigentes e a luta travada por agentes das classes sociais menos abastadas pela inserção neste universo. Um percurso de enfrentamentos manifestos não só dentro de campo como pela presença deste novo público nos estádios ou, pelo menos, nos arredores dos grandes palcos do *association*.

Ainda durante as décadas de 1910 e 1920 no Rio de Janeiro, a presença dos populares já era registrada nas páginas de alguns dos jornais que faziam a cobertura das partidas envolvendo os clubes mais aristocráticos da cidade (Fluminense, Botafogo, América, Flamengo). Tais indivíduos de origens sociais mais pobres começavam a engrossar o contingente dos torcedores dessas equipes, que disputavam a Liga Metropolitana, ainda que não fizessem parte de seus quadros sociais.

É interessante a observação do estranhamento e da pouca receptividade com que parte desta imprensa tratava este grupo de torcedores que, aos poucos, começava a fazer parte do espetáculo, criando espaços de participação que não lhes eram reservados nos estádios (por exemplo, se acumulando em cima de muros ou nos morros ao redor dos campos) e sendo descritos como “indivíduos de baixa condição social, sem instrução e sem educação”<sup>2</sup> por um jornalista que engrossava o coro de insatisfeitos com tal aproximação. Para tais cronistas, seria perigoso o despreparo deste novo grupo de torcedores, aos quais quase sempre era atribuída a responsabilidade por tumultos e brigas desencadeados em alguns jogos da Liga.

Desta forma, era sobre os populares<sup>3</sup> que incidia o papel de ameaça à própria harmonia nos estádios. Já em fins da década de 1910, a Liga Metropolitana passava a requisitar um aumento do contingente policial nos estádios cariocas em dias de jogos, pressionada por alguns elementos da imprensa e pelos próprios diretores dos grandes clubes do Rio, temerosos acerca do comportamento de tais torcedores que, aos poucos, se inseriam no espaço do futebol, como aponta Leonardo Pereira: “A cada jogo de destaque realizado na cidade, o delegado do distrito correspondente requisitava do chefe de polícia uma força extra para garantir a segurança da disputa. Quando jogos eram policiados ‘apenas por 15

soldados’, não tardavam a aparecer críticas nos jornais ao diminuto aparato repressivo...” (PEREIRA, 2000: 130).

Este maior envolvimento da polícia com o jogo era mais um indício da nova imagem que o esporte bretão assumia perante a opinião pública. O futebol passava também a ser taxado por alguns setores da imprensa esportiva como “caso de polícia” e não havia outra razão para esta sentença senão a consideração dos efeitos de sua popularização por parte dos grupos dominantes que, por sua vez, permaneciam numa proposta de sustentação da imagem de fidalguia do esporte bretão em nossas terras.

Entretanto, tal popularização, que marcaria as duas primeiras décadas do século XX, não esteve livre, em seu desenvolvimento, de um maior envolvimento do poder público com o futebol. Tal fato pode ser mais bem localizado a partir dos anos 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, dando início ao processo de constituição do regime autoritário que teve como marco maior a implantação do Estado Novo em novembro de 1937<sup>4</sup>. É neste contexto que as comemorações oficiais ganham ainda mais relevo na vida nacional, visando uma aproximação entre o poder público e o povo, na construção de um calendário que corresponderia à “criação de um tempo festivo” nacional, regado e regido pelo controle estatal (GOMES, 2005: 216).

Assumiam destaque dentre as datas nacionais comemoradas como grandes eventos festivos coordenados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) desde sua criação, no ano de 1939, o Dia do Trabalho (1º de maio), o aniversário de Vargas (19 de abril), o aniversário do Estado Novo (10 de novembro) e os festejos da independência celebrados durante a semana da pátria (setembro). Em tais oportunidades, o futebol serviria como ponte entre os espetáculos organizados pelo Estado Novo e o cotidiano da população nas duas principais capitais do país: Rio de Janeiro e São Paulo.

Ainda que a primeira celebração do Dia do Trabalho, no ano de 1938, tenha apresentado um caráter muito mais restrito ao ser festejado no Palácio Guanabara, já nesta ocasião o chefe da nação - ao mesmo tempo em que regulamentava a lei do salário mínimo - se comprometia a brindar os trabalhadores com novas medidas governistas em termos de política social, que a partir de então seriam listadas ano a ano em novas comemorações do 1º de maio. Contudo, o palco dos festejos políticos e cívicos seria estrategicamente deslocado, já no ano seguinte, para o maior estádio de futebol da então capital federal: São

Januário. Foi neste local que Vargas adentrou em carro aberto no 1º de maio de 1943 para proclamar, das tribunas de honra do estádio, as tão propagandeadas Leis Trabalhistas, que deveriam coroar mais um encontro entre o presidente e os grupos populares (COSTA, 2006: 111).

Do ano de 1938 até o fim do Estado Novo, em 1945, o Dia do Trabalho passaria a ser comemorado junto àqueles que eram os principais alvos da política doutrinária varguista: os trabalhadores. Para mediar esta aproximação, nada mais adequado do que um grande estádio de futebol. Tanto o era que, na única oportunidade em que o 1º de maio não fora comemorado em São Januário - no ano de 1944 -, as festividades foram transferidas para outro reduto futebolístico cuja amplitude lhe reservava o atributo de maior estádio do país à época: o Estádio Municipal do Pacaembu, em São Paulo (GOMES, 2005: 217).

Entretanto, os festejos que sugeriam a edificação de uma relação harmônica entre o “pai dos pobres” e os grupos populares - a partir da utilização destes estádios pelo regime estadonovista como ponto de encontro entre Vargas e os trabalhadores - podem mascarar as tensões que acompanharam esta aproximação. Conflitos que podem ser mais bem identificados nos diferentes sentidos que grandes palcos como o Pacaembu e São Januário assumiam para os agentes que ocupavam suas arquibancadas, gerais e tribunas.

### **Estádios como arenas de disputas simbólicas: os casos do Pacaembu e de São Januário**

Em novembro de 1936, na administração do prefeito Fábio Prado, tinha início a obra do Pacaembu. Na ocasião, através de uma cerimônia que contou com a participação de políticos, dirigentes esportivos e ampla cobertura da imprensa, o então representante do Departamento de Cultura<sup>5</sup>, Nicanor Miranda, dava uma declaração significativa quanto aos problemas que vinham sendo enfrentados pela prefeitura por conta do crescimento do município:

*Há seis lustros o nosso Município acusava uma população seis vezes menor que hoje e o seu perímetro era muitas vezes mais exíguo que o atual.*

*Nessa época, nos gramados dos terrenos baldios situados no coração da cidade de Anchieta e nos bairros mais próximos, crianças, adolescentes e adultos dedicavam-se a práticas esportivas e, principalmente, ao futebol, o esporte mais difundido entre nós.*

*Mas a cidade evoluiu. Os negócios tomaram vulto. A edificação intensificou-se. Começaram a surgir os arranha-céus. [...] E as crianças, os adolescentes e os adultos foram, condenados, pouco a pouco, a ficar sem áreas livres, sem espaços verdes, imprescindíveis para as suas atividades recreativas.*

*A cidade cresceu e a cidade criou problemas (...)<sup>6</sup>*

Desta forma, o Estádio Municipal era o carro-chefe do poder público em suas obras de intervenção no espaço urbano. Com o “desaparecimento” de algumas áreas tidas como de recreação para os populares, pretendia-se do Pacaembu o grande centro esportivo que proporcionaria o lazer aos trabalhadores de São Paulo, acomodando-os na qualidade de espectadores. Todavia, devido a problemas de ordem financeira, o empreendimento seria paralisado pela Prefeitura para ser retomado somente na administração Prestes Maia, em 1938. Ficaria então cada vez mais evidente a finalidade política do monumento que, apesar de vir a se tornar sede de muitos jogos importantes de futebol, deveria antes atender à propagação de idéias que partiam de um regime de governo marcado pelas manifestações públicas que difundiam o projeto de construção de um modelo único de “nação”.

Ainda que a construção do Estádio do Pacaembu tivesse sido proposta e, de certa forma, iniciada no ano de 1936, foi, portanto, com a implantação do Estado Novo que a obra tomou impulso. Prestes Maia, como prefeito da cidade - nomeado através da indicação do então interventor de Getúlio Vargas no estado de São Paulo, Adhemar de Barros -, fez com que o projeto inicial se revestisse de uma idéia de grandiosidade. Era a forma de se impor um modelo de governo autoritário que tinha como indispensável o apoio das massas.

Refletindo a crescente valorização das atividades físicas e das práticas esportivas, que podemos perfeitamente relacionar com o objetivo de formar uma sociedade disciplinada, a construção do “estádio-monumento” era a própria síntese dos anos 1930 e 1940. Soma-se a isto ainda o fato de a política da ditadura varguista procurar fazer de grandes manifestações cívicas seu caminho de encontro às multidões. Assim fora pensado o Pacaembu pelo poder público; porém o caminho autoritário de imposições não conseguiria controlar a dimensão simbólica, pelo menos não no que diz respeito ao significado deste estádio para os torcedores paulistanos.

No caso de São Paulo, especificamente, podemos perceber outras “necessidades” que o estádio viria a atender. Naquele contexto, de uma cidade profundamente modificada em sua composição social face ao desenvolvimento industrial – responsável pelo crescimento do número de imigrantes e dos bairros operários -, havia um clamor dos diferentes segmentos da sociedade para que surgissem obras que possibilitassem a acomodação do cada vez maior e mais diversificado contingente populacional.

Pode-se notar facilmente essa questão quando debutam os problemas em relação ao público de torcedores numa das primeiras partidas ocorridas no estádio recém-construído. A manchete de *A Gazeta* dava o tom do desafio que a cidade de São Paulo ainda precisaria vencer ante o aumento substancial do contingente de aficionados pelo jogo de bola: “*O Estádio não resolveu o velho problema?*”

*Em suma, se anteontem, por falta de calma do público ou sua má vontade em se orientar e arranjar um canto entre os muitos ainda existentes nas gerais, o Pacaembu apresentou já o primeiro sério problema de acomodação, fácil é imaginar quando ali tivermos um acontecimento de repercussão internacional. Então assistiremos a cenas piores do que a que nos mostra a gravura, onde se vê o público, em plena confusão saltando um dos gradis das arquibancadas. Terminando: São Paulo precisava de um grande Estádio e quando ele foi construído descobriu-se que o grau de popularidade do nosso futebol ultrapassou todas as previsões e requer, agora, um estádio maior ainda. E como isso quer dizer progresso, que se ergam mais estádios, para bem do esporte e da grandeza da nossa terra. (A Gazeta, 07/05/1940)*

A construção do estádio não atendia plenamente a uma demanda de interessados por futebol, que só fazia crescer. A organização que seria verificada na cerimônia de inauguração do Pacaembu contrastava então com a confusão acima mencionada. O primeiro clássico entre Corinthians e Palestra Itália, nas palavras do cronista, seria marcado negativamente por este episódio, onde torcedores “desorientados” e aglomerados nas gerais não souberam respeitar as normas de ocupação do Estádio e invadiram os trechos das arquibancadas que se encontravam desocupados. Um sintoma de que o problema das acomodações não estava sanado e novos estádios precisariam ser erguidos na cidade, meta que deveria casar perfeitamente com o interesse do poder público de demonstrar - via construção de patrimônios públicos - uma cidade pujante, símbolo de progresso e modernização para todo o país.

Em suma, pode-se notar pelo discurso oficial ou pela imprensa que as motivações caminhavam para além dos limites esportivos. A magnitude da obra deveria ser acompanhada por um planejamento minucioso das festividades que acompanhariam a sua inauguração, ficando a cargo da Diretoria Geral de Esportes do Estado de São Paulo a organização de diversos eventos esportivos que mobilizassem populares da capital e do interior paulista, e que atraíssem a atenção de todo o país durante aquele dia que deveria repercutir não só no cenário nacional como por toda a América:

*[...] Como já afirmamos, estava em jogo muito mais do que uma simples inauguração de uma praça esportiva; através do esporte, São Paulo se afirmaria frente ao Brasil e ao resto da América [...] Em última instância, assim deveria ser o país. Ou seja, no dia da sua inauguração, o Estádio do Pacaembu deveria apresentar-se como os dirigentes do Estado Novo desejavam que o Brasil fosse. (NEGREIROS, 1998: 148)*

E que Brasil era esse? Um país que fosse, acima de tudo, ordeiro e disciplinado. E, nesse sentido, o desfile das representações esportivas surgia como uma manifestação emblemática, um instrumento pedagógico mobilizador para a realização dos anseios das lideranças políticas estado-novistas. Além disso, de acordo com o planejamento, a longa cerimônia compreenderia, dentre outros elementos, a exaltação de símbolos nacionais como bandeira e hino, saudação às autoridades (além do prefeito Prestes Maia, o interventor do estado Adhemar de Barros e o presidente do país Getúlio Vargas) e o próprio desfile em si das agremiações, que seria encerrado com o hasteamento das bandeiras nacional e olímpica, além de juramentos e homenagens. (Cf. NEGREIROS, 1998: 149-157)

Tais preocupações disciplinadoras eram expostas já na instrução dada aos chefes responsáveis pelos representantes de várias instituições que deveriam estar presentes:

*Dizendo respeito às representações, é conveniente ressaltar da necessidade da presença de todas as modalidades esportivas que cada um tenha e bem assim os seus respectivos uniformes cabendo a cada uma a iniciativa de melhor apresentação. Para maior uniformidade, porém, todos os componentes do desfile devem usar sapatos de tênis branco ou 'keds' dessa cor. As camisas serão usadas por dentro do calção e os sportistas não deverão trazer nenhuma cobertura na cabeça. O uniforme será o dos clubes [...]*

*Todas as representações esportivas para o desfile devem conter o maior número de sportistas, bem uniformizados, para que seja um reflexo da solenidade, que ficará gravada na história esportiva e cívica do Brasil[...].*

*De modo geral, cada uma formará na seguinte ordem: Chefe da representação, que deverá estar a 10 passos da representação anterior; em seguida, a 5 passos, a bandeira da representação; depois a 3 passos os diretores respectivos; e, por fim, todo o pessoal, em coluna por 4, dividido pelas modalidades esportivas, em ordem alfabética.” (O Estado de São Paulo 09/04/1940)*

Tratava-se da teatralização de uma sociedade pretendida, que deveria se calcar na disciplina e organização. Assim, pode-se dizer que o grande instrumento de difusão foi sem dúvida a imprensa, mas o estádio deveria ser o lugar de se representar essa nação buscada. A festa de inauguração do Estádio Municipal do Pacaembu se consumaria num grande espetáculo. O “monumento aos brasileiros” era assim saudado pelo discurso do chefe da nação, Getúlio Vargas:

*[...] É ainda, e sobretudo, este monumental campo de jogos desportivos uma obra de sadio patriotismo, pela sua finalidade de cultura física e educação cívica.*

*Agora mesmo assistimos ao desfile de dez mil atletas, em cujas evoluções, havia a precisão e a disciplina, conjugadas no simbolismo das cores nacionais. Diante desta demonstração da mocidade forte e vibrante, índice eugênico da raça, - mocidade em que confio e que me faz orgulhoso de ser brasileiro – quero dizer-vos: Povo de S. Paulo!*

*Compreendestes perfeitamente que o Estádio do Pacaembu é obra vossa e para ela contribuístes com o vosso esforço e a vossa solidariedade. E compreendestes ainda que este monumento é como um marco da grandeza de São Paulo a serviço do Brasil.*

*Declaro, assim, inaugurado o Estádio do Pacaembu. (O Estado de São Paulo de 28/04/1940)*

Essa “obra vossa” a que Getúlio Vargas se referia, no entanto, seria utilizada fortemente como local para a realização de eventos promovidos pelo poder público com o objetivo de atender a objetivos muito mais político-ideológicos, do próprio Estado. O futebol conviveria, assim, com as manifestações políticas e comemorações cívicas promovidas pelo governo varguista, com destaque para os festejos do “Dia do Trabalho”.

Tal fato viria também a ocorrer no Rio de Janeiro, com celebrações pomposas organizadas em outro grande estádio de futebol: São Januário. Muito embora este se tratasse, antes de tudo, de uma realização particular, pertencente ao Clube de Regatas

Vasco da Gama, tal fato não impediria a sua apropriação pelo regime varguista. A nosso ver um contraponto, na medida em que se trata de uma iniciativa privada - ainda que de uma associação esportiva, não de uma empresa - que viria a ser utilizada pelo Estado Novo.

O Vasco, em 1923, ascendia à primeira divisão da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres. Um time ainda sem grande repercussão faria nesse, que era o principal campeonato de futebol do Rio de Janeiro, uma estréia marcante: logo nesse certame conquistava o título, desbancando os então grandes Flamengo, Fluminense, Botafogo e América. Além dessa nova força no cenário futebolístico da cidade, apresentavam-se em tal conquista algumas transformações em relação ao elenco composto por jogadores negros, mulatos e brancos pobres, num caminhar que já dava mostras de uma inevitável profissionalização do esporte:

*[Os jogadores] recebiam alojamento, alimentação e “bichos” (gratificações em dinheiro) em troca de seu talento e dedicação exclusiva à bola. E foi com um time formado por três negros, um mulato e sete brancos pobres que o Vasco sobrepujou os requintados Fluminense, Flamengo, Botafogo e América [...]. (FRANZINI, 2003: 46)*

Os dirigentes mais tradicionalistas, com receio destas novas formas no meio futebolístico, em 1924 fundam a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA) e impedem a entrada do Vasco da Gama. A alegação - procurando contornar inclusive o debate da profissionalização e da inclusão de indivíduos de outros grupos da sociedade no meio - para a negativa em relação ao clube cruzmaltino era a de que este não possuía estádio próprio.

Dessa forma, em 1924 foram disputados dois campeonatos cariocas, um da referida entidade e outro da AMEA. Mesmo esvaziado dos grandes clubes, o campeonato organizado pela Liga superou o da AMEA em arrecadação e público, pelo fato de o Vasco já arrebanhar enorme simpatia popular. Assim, não havia outra saída para a AMEA senão aceitar o clube cruzmaltino em seu grupo de filiados.

Porém continuou-se a “cobrar” o Vasco para que evitasse mandar seus jogos no pequeno campo da rua Moraes e Silva, na Quinta da Boa Vista. A solução encontrada pelos dirigentes do clube foi sensibilizar a comunidade e arrecadar fundos para a compra de um terreno em São Cristóvão e, depois, levantar aquele que viria a ser o maior estádio do

futebol brasileiro à época. A mobilização dos diversos grupos ligados ao Vasco foi fundamental para que este monumento fosse erguido. O então presidente vascaíno, Raul da Silva Ramos, fez questão de afirmar em seu discurso: “Eis o estádio que diziam faltar para nos tornarmos grandes.” (FRANZINI, 2003: 48)

O “gigante da colina” - como passou a ser chamado o Vasco pela crônica esportiva –, além de se destacar no âmbito futebolístico não só pela técnica da equipe, mas pela composição eclética do time, também acabou por trazer para a cidade um importante espaço para se fazer política, que será em pouco tempo percebido pelo Estado Novo varguista. Ou seja, marcadamente partindo de um caráter popular a um espaço de manifestação política do governo, a (re)significação ocorreria agora num sentido inverso ao que caracterizara o Pacaembu. Mas as tensões que marcariam poder público e torcedores se dariam mais uma vez, envolvendo um grande palco de festejos cívicos para a ditadura getulista e de paixão futebolística para os torcedores.

Nesta perspectiva, o paralelo entre os dois casos nos permite a consideração de que o estádio, como outros espaços da cidade, é um espaço de conflitos, o que pode ser mais bem verificado através de seus diversos usos, com o posicionamento de grupos antagônicos. Ainda que o Pacaembu se estabelecesse como um grandioso projeto arquitetônico revestido dos significados presentes no projeto político-ideológico varguista (CERETO, 2004: 120)<sup>7</sup>, o papel que se buscava atribuir àquele espaço por parte do poder público não correspondeu diretamente ao sentido que os torcedores paulistanos deram ao grandioso estádio. Da mesma forma, São Januário passa por um processo de utilização diferenciada, seja pelos vascaínos seja pelo Estado Novo.

Por conta disso, o Pacaembu, por exemplo, poderia ser entendido e utilizado fundamentalmente como um grande palco do futebol paulista e brasileiro ou como espaço de comemorações cívicas e manifestações políticas. Esta diversidade de sentidos pode ser percebida nos próprios depoimentos de dois integrantes e torcedores do S. C. Corinthians P. e da S. E. Palmeiras, que vivenciaram as mudanças trazidas pela inauguração do estádio: Chico Mendes e Paulo Schiesari.

Nas lembranças destes sujeitos estão, dentre outros momentos, as comemorações da própria inauguração. Contudo, a construção da memória, ainda que mencione outros esportes, se assenta principalmente em torno dos jogos de futebol, seguindo uma outra

direção que não a das intenções do Estado. Nas palavras de Chico Mendes, define-se um Pacaembu cuja importância é indissociável do jogo de bola:

*[O Pacaembu] foi muito importante. Tanto que o Corinthians jogou...jogou Palmeiras e... o Corinthians jogou contra um time do Paraná. O Palmeiras jogou na preliminar e o Corinthians jogou no jogo de... Foi lindo, foi uma festa muito bonita. O Pacaembu fez muito pelo esporte também. Lá o nosso prefeito que fez... o Prado... como é que é?... O Fábio Prado, depois veio o Prestes, que também ajudou bastante. Foi muito linda. Inclusive, o ginásio teve grandes jogos de basquete, de boxe, tinham grandes realizações de boxe. Os argentinos vinham aí e lutavam que nem... vinham uns da Europa também que lutavam bem. (Eu estive na inauguração) Foi muito bonito. O Pacaembu deu uma nova vida ao futebol de São Paulo. Assim com depois o próprio... lá o do São Paulo e o Maracanã também. O Pacaembu tinha uma coisa: era aconchegante. O Pacaembu foi feito de um jeito que você está na geral, no pior lugar da geral, você enxerga bem. O Pacaembu foi bem feito. Foi bem programado, porque...ele é gostoso.<sup>8</sup>*

Esta visão de Chico Mendes encontra correspondência nas palavras do torcedor do Palestra Itália, Paulo Schiesari. Procurando destacar a importância do estádio como um símbolo do futebol paulista e brasileiro, o palestrino nos traz uma memória que se constrói numa narrativa provocativa ao arqui-rival:

*[O Pacaembu] foi muito importante, muito. Quis o destino que o 1º clube a ganhar uma partida no Pacaembu fosse o Palmeiras. Jogou contra o Atlético do Paraná, numa preliminar do Corinthians. O 1º time que jogou e ganhou no Pacaembu foi o Palmeiras. Até isso o Palmeiras tem para a sua história. [...] [A inauguração] foi uma festa. Mas os detalhes eu não me lembro. Nesse dia eu não fui.<sup>9</sup>*

Apesar da ampla cobertura da imprensa e mesmo dos muitos comentários que devem ter acompanhado o cotidiano da cidade por conta da inauguração do Estádio Municipal, o entrevistado não se recorda de outra coisa deste momento senão o triunfo do seu time do coração. Neste aspecto, o sentimento cívico, nacionalista, da ideologia do Estado Novo foi sobrepujado pelo clubístico, que é, antes de tudo, comunitário.

Por conseguinte, cabe-nos a consideração de que a vivência dos grupos populares - em sua dinâmica relacional com os estádios acima mencionados durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) - nem sempre se estabeleceu em conformidade com os valores, ideais e projetos dos grupos dominantes, a despeito da utilização e funcionalidade destes monumentos. A análise da dimensão assumida por Pacaembu e São Januário na

agenda política nacional e no cenário de duas das mais importantes capitais do país indica a configuração de um viver urbano saturado de tensões que não podem ser desprezadas numa reflexão que leve em conta a proximidade entre futebol e política no período estado-novista.

A fim de referendar estes breves apontamentos, lançamos mão das palavras da pesquisadora Déa R. Fenelon a respeito da importância de percebermos as diversas possibilidades de estudar a “imagem da cidade”, cujas relações sociais são “(...) impregnadas de memórias, significações que se constroem, mas também se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades”. Fatores estes que possibilitam “(...) captar e investigar, nas relações instituídas na cidade o entendimento de modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e de se divertir que, com suas ações, estão impregnando e constituindo a cultura urbana.” (FENELON, 1999: 6).

#### **Referências Bibliográficas:**

- CERETO, Marcos Paulo. *Arquitetura de massas: o caso dos estádios brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - PROPAR – UFRGS, Porto Alegre, 2004. p. 82-100.
- COSTA, Maurício da Silva Drumond. Os Gramados do Catete: futebol e política na era Vargas” (1930-1945). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & SANTOS, Ricardo Pinto dos (orgs.). *Memória Social dos Esportes – Futebol e Política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad Editora/FAPERJ, 2006, v. 2.
- FENELON, D. R. (Org.). *Cidades*. São Paulo: Ed. Olho d’Água, 1999.
- FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 33-50.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2007
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do "popular" . In: SOVIK, L. (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003
- NEGREIROS, Plínio José Labriola de. *A Nação entra em campo: futebol nos anos 30 e 40*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Felipe Morelli Machado

Luciano Deppa Banchetti

Mestrandos em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bolsistas CNPq. Ambos têm suas pesquisas voltadas para o futebol, mais especificamente a participação da seleção brasileira em Copas.

E-mails: [felipemachadopuc@hotmail.com](mailto:felipemachadopuc@hotmail.com); [deppa04@gmail.com](mailto:deppa04@gmail.com)

---

<sup>1</sup> Entendemos “cultura” à luz de E. P. Thompson, um dos mais destacados expoentes dos Estudos Culturais Britânicos. Sua proposta, em linhas gerais, se caracterizava pela valorização de aspectos pouco explorados no pensamento de Karl Marx, tais como a importância da dimensão cultural para se pensar as lutas sociais. Em sua obra *Costumes em Comum*, E. P. Thompson procura ressaltar as tensões manifestas nesta dimensão, que deve ser percebida como “conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma aldeia de elementos conflitivos, (...) E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.” (THOMPSON, 1998: 17).

<sup>2</sup> “Crônica da semana”. Sport Ilustrado, 27 de novembro de 1920. In. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 124-129.

<sup>3</sup> O “popular” é aqui referenciado como categoria de análise com base na reflexão realizada pelo jamaicano Stuart Hall, correspondendo “(...) em qualquer época, às formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas; que estiveram incorporados nas tradições e práticas populares.” Nesta perspectiva, o “popular” não diz respeito somente às práticas originárias nas tradições do povo, mas também àquelas que são incorporadas e revestidas de diferentes significados no conflito cultural com os grupos dominantes. (Cf. HALL, 2003: 257).

<sup>4</sup> A mudança para esse regime foi marcada, dentre outras importantes medidas políticas, pelo fechamento do Congresso Nacional pela Polícia Militar sob as ordens de Getúlio Vargas. O poder continuava nas mãos de um mesmo chefe, os partidos políticos foram extintos; no entanto, o estabelecimento do Estado Novo não significou uma consequência natural da Revolução de 1930, mas o resultado de muitas tensões e conflitos políticos que marcariam os anos 30 no Brasil. (Cf. FERREIRA & DELGADO, 2007).

<sup>5</sup> Ato n. 861 de criação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, datado de 30 de maio de 1935.

<sup>6</sup> Declaração obtida em NEGREIROS, 1998, p. 130-131.

<sup>7</sup> Em seu estudo sobre a arquitetura dos estádios brasileiros, Cereto (2004) compara o projeto do Pacaembu ao do estádio olímpico de Nuremberg, que classifica como “proposta nazista de Nuremberg”.

<sup>8</sup> Depoimento oral do Sr. Francisco Dyonísio Mendes, extraído de NEGREIROS, 1998, p. 75.

<sup>9</sup> Depoimento oral do Sr. Paulo Schiesari, extraído de NEGREIROS, 1998, p. 75.